

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PÓS GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - CAEN
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**O Plano Diretor de
Desenvolvimento Urbano – PDDU,
como instrumento de Desenvolvimento Local –
caso Beberibe**

MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA BARROS

Fortaleza – 2001

**O Plano Diretor de
Desenvolvimento Urbano – PDDU,
como instrumento de Desenvolvimento Local –
caso Beberibe**

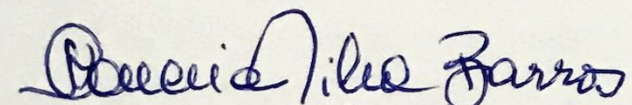
MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA BARROS

Orientador: ANTÔNIO LISBOA TELES DA ROSA

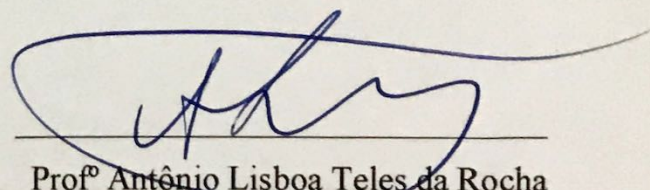
Monografia de especialização elaborada como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Planejamento e Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Ceará.

Fortaleza - 2001

**O Plano Diretor de
Desenvolvimento Urbano – PDDU,
como instrumento de Desenvolvimento Local –
caso Beberibe**


MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA BARROS

Aprovada em 13/12/2007



Prof^o Antônio Lisboa Teles da Rocha
Orientador

AGRADECIMENTOS

ao meu marido, Marcos e ao meu filho João Victor, pelo apoio, compreensão e paciência quanto ao meu trabalho em período de férias.

Seu apoio e incentivo sempre foram essenciais para que eu pudesse concluir este trabalho, e a Deus, por tudo que me permitiu chegar até aqui.

Um agradecimento especial é devido à Lígia Maria Farias, pelo apoio que sempre me ofereceu durante o curso.

Ao meu colega, André Leão, o profuso agradecimento, pela companhia e orientação profissional.

Seu apoio nos momentos de Secretária da Infra-Estrutura SEINERA, pelas informações e acesso aos computadores que contribuíram de maneira significativa para realização deste estudo.

Este agradecimento é estendido à Sra. de Irma Isolda e Francilina Dantas, pelo constante apoio moral e conhecimento compartilhado.

As amigas Elaine, Graça, Nívea e Norma pelo apoio incondicional nos momentos difíceis e os demais colegas de curso, pelo agradável convívio.

E, finalmente, ao Boeco, pela paciência e digitalização deste trabalho.

A **DEUS**, SENHOR DE TODAS AS COISAS.

A MEU MARIDO, MARCOS, ETERNO COMPANHEIRO.

A JOÃO VICTOR, O MEU AMOR.

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido, Marcos e ao meu filho João Victor, pelo apoio, compreensão e incentivos quando da minha decisão em participar deste Curso.

Sou grata a muitas pessoas cujos nomes não constarão aqui mas que de alguma forma participaram desse projeto de vida, desse crescimento profissional.

Um agradecimento especial é destinado à Lúcia Maria Facundo, pelo apoio que sempre me ofereceu durante o curso.

Ao meu orientador, Antônio Lisboa, o profundo agradecimento, pela competente orientação profissional.

Sou grata aos técnicos da Secretaria da Infra-Estrutura-SEINFRA, pelas informações e acesso aos documentos que contribuíram de maneira significativa para realização deste estudo.

Esse agradecimento é estendido ainda de forma isolado a Francelina Damasceno, pelo constante apoio inclusive conhecimento compartilhado.

As amigas Eliane, Graça, Jiçara e Norma pelo apoio incondicional nos momentos difíceis e os demais colegas do curso, pelo agradável convívio.

E, finalmente, ao Bosco pela amizade e digitalização deste trabalho.

RESUMO

Este trabalho é centrado no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU do município de Beberibe, que produziu além do Planejamento Estratégico Municipal, o Planejamento Urbano. Na primeira abordagem é feito um suscito relato sobre o processo de urbanização, enfocando o nível conceitual o planejamento urbano com um dos mecanismos usados para alavancar o desenvolvimento local, enfatizando a sociedade como um dos componentes indispensável à solução dos problemas. Discorre-se também sobre o que é realmente um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU e como ele pode contribuir para o desenvolvimento municipal. Posteriormente é feita uma explanação do Município de Beberibe onde evidenciamos as características físicas, demográficas, econômicas e sociais, bem como a ação resultante de parte do planejamento urbano em fase de implantação.

2. PRELIMINAR: Introdução Geral	10
2.1. Características do PDDU	10
2.2. Mapa do PDDU	12
3. PLANO DIRETOR	14
3.1. Características do Plano Diretor	14
3.2. Contribuição do município ao Plano Diretor	18
4. MUNICÍPIO DE BEBERIBE	21
5. CONCLUSÃO	31
6. BIBLIOGRAFIA	32

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	vii
LISTA DE MAPAS.....	viii
INTRODUÇÃO.....	1
1. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO.....	2
1.1. A Urbanização da Humanidade.....	2
1.2. Planejamento Urbano.....	5
1.3. Desenvolvimento Local.....	8
2. PROURB: Discussão Conceitual.....	10
2.1. Componentes do PROURB.....	10
2.2. Metas do PROURB.....	12
3. PLANO DIRETOR.....	14
3.1. Características do Plano Diretor.....	14
3.2. Condições de Implantação do Plano Diretor.....	18
4. MUNICÍPIO DE BEBERIBE.....	21
5. CONCLUSÃO.....	31
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

LISTA DE SIGLAS

BIRD – Banco Mundial.

FDU – Fundo de Desenvolvimento Urbano.

FUNOR – Fundo Estadual de Recursos Hídricos.

P.D.D.U – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.

PROURB – Projeto de Desenvolvimento Urbano.

SEINFRA – Secretaria da Infra-Estrutura.

SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo.

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – Mapa do PROURB.....	11
MAPA 2 – Mapa do Ceará.....	21
MAPA 3 – Divisão Política do Município de Beberibe.....	23
MAPA 4 – Influência Econômica do Município de Beberibe.....	26
MAPA 5 – Corredor Turístico.....	29

Introdução

A política municipalista tem se desenvolvido no âmbito do planejamento urbano e em especial no planejamento municipal, a exemplo do Plano Diretor para o Desenvolvimento Social, Econômico e Urbano do Município de Debraide.

Como a atividade de planejamento tem sido desenvolvida e qual o Plano Diretor tem sido considerado como instrumento de planejamento municipal, os municípios, é o que se pretende discutir.

Assim, em termos de elaboração do trabalho, pretende-se fazer com que a distribuição de assuntos possibilite a compreensão e por um motivo de organização por parte dos leitores que se possa sentir este instrumento mais acessível.

- Em primeiro lugar é dado um enfoque ao nível técnico sobre o nível estratégico do processo de urbanização de Debraide e do Planejamento Urbano como instrumento de desenvolvimento local;
- Em seguida é tratado as metodologias e os procedimentos necessários à elaboração e implementação do Plano Diretor;
- Posteriormente, são apresentadas as principais características físicas, econômicas e demográficas do município de Debraide;
- Por fim, trata-se um relato de construção que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU, teve para alcançar o desenvolvimento municipal.

“Planejar para melhorar o cotidiano olhando com determinação para o futuro”

INTRODUÇÃO

A presente monografia trás em seu bojo o questionamento do planejamento urbano e tem como objetivo principal mostrar a importância o Plano Diretor para o Desenvolvimento Social, Econômico e Urbano de um Município.

Como a atividade de planejamento tem sido abordada e como Plano Diretor tem sido usado como meio de minimizar os desequilíbrios existentes nos município, é o que iremos discorrer.

Assim, em termos de estruturação do trabalho, procurou-se fazer com que a distribuição do assunto possibilitasse a compreensão e, por este motivo dividimo-lo em quatro capítulos que, embora distintos estão intimamente relacionados:

- Em primeiro lugar é dado um enfoque em nível teórico sobre a visão sistêmica do processo de urbanização da humanidade e do Planejamento Urbano como balizador do desenvolvimento local;
- Em seguida, é tratada as características e os procedimentos necessário à elaboração e implantação do Plano Diretor;
- Posteriormente, são apresentadas as principais características físicas, econômicas e demográficas do município de Beberibe;
- Por fim, faze-se um relato da contribuição que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, trouxe para alavancar o desenvolvimento sustentável local.

1. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

1.1. A Urbanização da Humanidade

As primeiras cidades apareceram há cerca de 5.500 anos, porém a urbanização em grande escala iniciou-se há poucos mais de 100 anos. Sabe-se que as primeiras cidades formaram-se por volta de 3.500 A.C.; no vale compreendido pelo Tigre e Eufrates. Além do solo fértil e do generoso suprimento de água de que dispunha, encontrava-se na região em cruzamento de estradas que era desde séculos um meio de comunicação, entre povos de diferentes culturas.

O Vale do Nilo foi também uma região urbanizada em tempos remotos. Segundo documentos egípcios em 3.100 A.C.; já havia comunidades urbanas ao longo do Nilo, enquanto que na América foi pequena ou quase inexistente o processo de formação das cidades. Acredita-se que essas primeiras cidades surgiram associadas aos rios em função da necessidade de terras férteis e de irrigação para a produção de alimentos, o que permitiu a seus habitantes converter-se em administradores * comerciantes, tornando a cidade um lugar de poder.

O surgimento das cidades no Brasil, ao contrário do que se pode pensar, se originou antes do surgimento da atividade industrial no País. As principais cidades brasileiras desenvolveram-se no litoral porque os colonizadores portugueses visaram proteger o território contra possíveis invasores.

Em seguida com o desenvolvimento da cana-de-açúcar, as cidades passaram a escoar a produção para os mercados europeus. A partir do século XVIII a atividade mineradora provocou uma interiorização das cidades, que passaram a se desenvolver em função da presença de ouro e pedras preciosas. Outro momento importante no processo de formas das cidades dói a introdução do café, principalmente nos estados de São Paulo e Paraná, assim configurou-se várias cidade.

À medida que aumentou a participação do setor industrial na economia, o número de habitantes das cidades passou a crescer mais do que o de moradores do campo. Esse processo é chamado de urbanização.

No Brasil, um número cada vez maior de pessoas vive em cidades. No Ceará a origem das cidades encontra-se fortemente vinculada a estruturas dentro do ambiente de fazendas de gado, em locais de entroncamento de rotas mercantis, sobretudo de gado, em áreas de aldeamento indígenas promovidas por ordens religiosas, sobretudo dos jesuítas, e também enquanto áreas de controle colonial e mercantil.

O processo de urbanização no Brasil se intensificou a partir dos anos trinta, período em que foi observada a afirmação do setor industrial como motor da acumulação do capital no País. Ou seja, houve a passagem de uma sociedade de base agrária exportadora para uma sociedade urbano-industrial. entretanto, a urbanização não pode ser entendida apenas como resultado do êxodo rural. Mais do que o aumento numérico dos habitantes das cidades comparando aos do campo, ela apresenta uma profunda mudança de vida.

É importante levar em conta que somos um país da urbanização tardia, ademais, não se trata com em grande porte, no caso dos países desenvolvidos, de uma urbanização por atração dos empregos gerados na cidade, mas por expulsão do campo. Sem emprego no campo ou quando muito com emprego sazonal característica do monocultura e sem alternativa de acesso a terra, a população foi literalmente expulsa para a cidade, originando periferias miseráveis.

A urbanização Brasileira não ocorreu de maneira uniforme por todo o país, em 1991 ainda existiam estados nos quais a população rural era maioria, caso do Maranhão e de Rondônia. Os estados mais urbanizados são aqueles que concentram atividade industrial e de serviço, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

As cidades se formam, crescem e se desenvolvem, estancam ou evoluem em escala histórica na maior parte das vezes secular, num processo permanente de transformações. Este

crescimento se dá tanto por motivos naturais de privilégios de localização, como por situações de incentivo, compondo o fenômeno da urbanização, tal qual o conhecemos.

Os centros urbanos crescem, em grande parte, porque a população deseja viver próximo a uma série de facilidades: contactos comerciais e profissionais, instituições de ensino, atividades culturais e recreativas que exigem a participação de um grande número de pessoas com gostos semelhantes. Ditos essas características constatamos, que isso ocasiona um processo com sérias conseqüências, problemas em habitação, saúde, poluição, escolas, sistemas de abastecimento, saneamento básico. Então os municípios passam a se defrontar com uma situação explosiva que exige intervenções ágeis. Seria de espantar que o processo se fizesse de forma equilibrada.

A realidade é que, em meio século as nossas sociedades deixarão de ser rurais, para se tornarem urbanas, e um país não é mais uma capital onde se tomam decisões cercadas por nossos rurais dispersos. Estamos apenas começando a avaliar o gigantesco impacto social político desta transformação. Basta lembrar que hoje no Brasil 80% da população vive em cidades, invertendo as proporções do início dos anos de 1950, tornando evidente que, brevemente todo o mundo estará completamente urbanizado. Isso implica imediatamente na nova realidade, tendo o Estado que intervir utilizando de mecanismos para que os que vivem em núcleos urbanos possam resolver localmente grande parte dos seus problemas.

Diante de toda uma problemática, e com a constante inchação das cidades, que não tem mais como oferecer qualidade de vida a seus habitantes, vários segmentos da sociedade e principalmente o poder público começaram a se preocupar seriamente com o problema, de tal modo que a Constituição Federal de 1998 passou a tornar obrigatória a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU para cidades, com população acima de 20.000 habitantes. Neste contexto o município tem o papel de agente de promoção de desenvolvimento econômico o que reafirma a sua participação como agente capaz de oferecer opções de integração local/global e fortalecer o governo local como promotor do desenvolvimento e facilitador da participação organizada pela comunidade.

Desenvolvimento é um processo de transformação que redundará em melhores condições de vida para o conjunto da população. Não se processa através de decretos e outros instrumentos normativos e legais. Desenvolvimento ocorre onde são dadas as condições para o mesmo ocorrer a partir de rotas de planejamento e gestão que levem em considerações potencialidades e vontade política. Isto posto, conclui-se que o desenvolvimento não inclui situações ou fortuitas.

Outro fato importante é que o processo de desenvolvimento ganha mais condições de efetivação quando são buscadas parcerias entre o poder público, agentes econômicos e sociedade organizada, em seus vários segmentos.

Os planos de Desenvolvimento terão que identificar todas as carências existentes, e propor diretrizes e soluções racionais e viáveis, que permitirem direcionar e controlar as áreas de expansão urbanas, com seus vários setores de atividades – habitacionais, comerciais, industriais, de serviços, de saúde, educacionais, culturais, de lazer, etc., bem como sugerir os investimentos básicos que os governos necessariamente deverão fazer, principalmente no setor primários e seu processo de transformação industrial a montante.

Podemos então considerar o planejamento como a arma única e natural na luta contra os problemas que a grande concentração urbana acarreta.

1.2. Planejamento Urbano

Existem diversas formas de se proceder a um planejamento. A literatura especializada apresenta uma grande variedade de métodos que se adaptam mais a esta ou aquela situação. O importante, antes de se preocupar com a aprendizagem teórica de métodos de planejamento, é que realmente se acredite na necessidade do planejamento para a obtenção mais eficaz dos resultados desejados.

Os conceitos e técnicas de planejamento abrangem uma área especializada de funcionamento e habilidades gerenciais específicas. É a partir de uma base sólida em termos do contexto teórico do planejamento e da compreensão dos propósitos e usos dos planos que o administrador será capaz de concebê-los de forma a que se coadunem eficazmente com o ambiente decisório da organização Graham. (1994) citado por Alves (199, p.7).

O planejamento é a primeira das funções básicas da administração (planejamento, organização, direção e controle), pois serve exatamente de base para as demais funções. O planejamento define onde se pretende chegar, o que deve ser feito, quando, como e em que seqüência, gera ações. A organização equaciona a realização das ações.

Diga-se pois: O planejamento deve-se institucionalizar como um processo político-administrativo de governo. Assim sendo, embora fundamentado em sólidos conhecimentos teóricos, o planejamento deve traduzir-se em políticas e diretrizes eminentemente práticas, uma vez que em qualquer política nos tempos de hoje, dá-se aplicação do poder governamental à solução de problemas.

Em termos gerais, planejar significa estabelecer objetivos e identificar meios e caminhos para chegar a uma situação desejada. O planejamento não se esgota na obtenção de um plano. Planejar é um processo contínuo que acompanha a evolução da comunidade, com quem se planeja.

O ato de planejar descentralizando as decisões, implica em desconcentrar poder, permitindo um exercício conjugado da gestão pública, apoiando e fortalecendo os recursos humanos nos municípios ou nas comunidades. Políticas de estratégia descentralizada impõem certa autonomia e criatividade dos participantes favorecendo um espaço de atuação cidadã maior e mais abrangente.

A opção pelo planejamento participativo vem-se dando não apenas em decorrência do processo de redemocratização da nossa sociedade, mas também pela crescente desconfiança na eficácia de métodos tecnocratas verticalizados. Já não se aceita mais, como antes, que alguns "iluminados" definam o que se deve fazer e deleguem para outros sua execução. A participação é essencial quando se pretende introduzir modificações em ambientes constituídos pela pluralidade. A aceitação das diferenças e a busca de uma concepção compartilhada e aceita por todos propiciam a formulação de projetos com objetivos desejados e apoiados pelas partes interessadas.

Em um processo de planejamento participativo, como no caso dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, se pressupõe como fundamental a conscientização e participação de parcela mais ampla da população e suas representações em comunidades, sindicatos, instituições que ao mesmo tempo que passa a conhecer o processo, contribuem para a sua formulação.

Este enfoque de planejamento prevê a participação, em todos os momentos, dos atores envolvidos na situação trabalhada, ou seja, no planejamento, na execução e na avaliação dos projetos. Lindgren (1997) citado por Sá (1999, p.09), afirma: "Por mais competentes que sejam os planejadores, mais bem intencionados, e mais em sintonia com os destinatários do plano, este vai ficar no papel ou nas boas intenções se não se garantir o primeiro princípio básico: planeja que executa, executa que planejou. A equipe que planeja deve definir o que faz sua homogeneidade, sua identidade de grupo, porque ela vai ter que planejar, o que depende dela como equipe, atividades sobre as quais ela tem poder e autoridade."

Obviamente nenhum método traz a solução dos problemas, mas se constitui apenas em um instrumento. Na visão de Chiavenato, apud Brasil. "Métodos podem facilitar a solução de problemas, mas não solucionam-os por si próprios. Só as pessoas, os parceiros em um projeto, têm esta capacidade." Isso significa que o planejamento não termina com a elaboração de um documento, mas se realiza durante todo o processo de execução, com a constante descoberta de novos problemas, novas oportunidades e novas formas de atuação. Constitui-se, portanto, numa forma mais articulada de busca de soluções e tomada de decisões.

Toda ação integrada bem articulada exige uma perfeição de campos de atuação de responsabilidades dos direitos e deveres dos envolvidos. Quanto mais claramente forem definidas as atribuições de cada componente de um projeto participativo, melhor será seu acompanhamento, mais facilmente serão efetuados eventuais correções e maiores serão suas chances de sucesso, um bom processo de planejamento começa com uma vontade política de querer mudar.

Segundo CASTELLS 1984:97¹ o Planejamento Urbano é, em geral e nos limites estruturais de uma determinada sociedade uma das alternativas para resolver o problema de migração, a intervenção do sistema político sobre o sistema econômico, a fim de procurar superar as situações sem saídas que se verificam no espaço urbano com problema de superpopulação. Essa intervenção envolve a produção de fotografias aéreas das áreas urbanas, elaboração de base urbana, planejamento estratégico municipal, planejamento do espaço e serviços urbanos, projetos executivos para os investimentos básicos da estruturação urbanas (projetos estruturantes) propostos pelo PDDU e sistema de informações municipais.

Portanto, para cada município serão produzidas as fotografias aéreas e base cartográfica do espaço urbano, como instrumento básico para o planejamento e discussões com a sociedade organizada. Os PDDU's serão elaborados para todos os municípios credenciados e produzirão dois grandes produtos: o planejamento estratégico municipal e o planejamento urbano. Como complemento, serão elaborados ainda os projetos executivos das principais intervenções físicas propostas nos PDDU's.

¹ definição extraído do PDDU de Beberibe.

1.3. Desenvolvimento Local

“Processo de crescimento e mudança estrutural que mediante a utilização do potencial de desenvolvimento existente conduz à melhoria das condições de bem-estar da população local”². Esta definição afirma que o município tem o papel de agente de promoção de desenvolvimento econômico o que reafirma a sua participação como agente capaz de oferecer opções de integração local/global e fortalecer o governo local como promotor do desenvolvimento e facilitador da participação organizada da comunidade.

Está provado que a comunidade organizada amadurece mais facilmente as idéias, e tem peso diante dos questionamentos que envolvem toda gama de problemas levantados para elaboração dos projetos que viabilizarão o crescimento neste período de transição da história do município.

Segundo Dowbor (1996), o governo, mais do que um agente realizador do desenvolvimento deve funcionar como articulador e facilitador das ações locais de desenvolvimento.

Para o bom êxito de qualquer gestão urbana é necessário que o gestor tenha: espírito público, criatividade e vontade política, em outras palavras ter bom caráter, saber usar o que está ao seu alcance e querer fazer. O poder público, em conjunto com os demais segmentos da sociedade, deverá desempenhar papel ativo na identificação das potencialidades locais, no levantamento dos fatores que emperram o desenvolvimento, estar atento às vocações, para elaborar um plano que venha a ser implantado com a aprovação da sociedade que será beneficiada podendo usufruir melhores condições de vida.

Um bom processo de planejamento começa com uma vontade política de querer mudar. A partir daí é essencial uma boa reflexão sobre a instituição e o planejamento. A gestão urbana tem que cuidar do bem estar e da qualidade de vida de cidadãos, ela tem que responder a melhorias de habitação, transporte, saúde, educação, recreação, emprego, mas também tem que ser capaz de abrir perspectivas para a participação, para a constituição de uma cidadania,

² definição extraída do PDDU de Beberibe.

com seus direitos e deveres, e deve propor uma perspectiva de futuro, concreto, perceptível na paisagem da cidade, pois de perspectiva de futuro estão carentes todas as pessoas.

Ainda sobre desenvolvimento local existe a afirmativa de Vasques Baquero (2000), o desenvolvimento econômico local pode ser definido como um processo de crescimento e mudança estrutural da economia local.

No estado do Ceará o desenvolvimento local ganhou uma dinâmica diferente com a instalação do projeto – Projeto de Desenvolvimento Urbano – PROURB, que tem como um dos seus segmentos, o planejamento urbano das cidades, onde o Plano Diretor desponta como um dos principais instrumentos de planejamento sobre o controle do uso e ocupação do solo urbano e dando diretrizes para um desenvolvimento, uma perspectiva sustentável, que deve manter o equilíbrio entre o crescimento econômico, o desenvolvimento social e conservação do patrimônio natural. Este equilíbrio está associado ao objetivo assumido pelos participantes dos 179 (cento e setenta e nove) países da CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como ECO-92.

2. PROURB: DISCUSSÃO CONCEITUAL

O Projeto de Desenvolvimento urbano do Estado Do Ceará – PROURB – CE é um instrumento de desenvolvimento do Estado do Ceará voltado para o fortalecimento institucional das Prefeituras Municipais e Órgãos Estaduais: para urbanização de áreas do interior do Estado; para gerenciamento de recursos hídricos e oferta de água para centros urbanos com necessidade de emergências.

É um projeto financiado pelo Banco Mundial – BIRD, através do Governo do Estado é atuação mediada por dois fundos financeiros, o Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU) e o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNORH).

2.1. COMPONENTES DO PROURB

Fortalecimento da Gestão Municipal – Desenvolvimento de instrumentos gerenciais necessários para a reorganização da Prefeitura, para o aumento de arrecadação e de sua capacidade de investimento e para a redução de despesas.

Planejamento Urbano – Criação de uma base de planejamento objetivando a estruturação do espaço urbano, para dar suporte ao processo de desenvolvimento econômico e social, com elevação da qualidade de vida da população. Dentre os instrumentos destaca-se a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU.

Infra-Estrutura Urbana – Urbanização e Reassentamento, visando à melhora das condições das áreas urbanas carentes das sedes municipais, e ao reassentamento de população situada em locais de risco, garantindo-lhe toda a infra-estrutura básica.

Hidrometração – Implementação de hidrômetros nas cidades abastecidas pela CAGECE, para obter a redução de perdas e maior controle do sistema.

Projeto ABC – Busca a capacitação e profissionalização de jovens, priorizando setores de atividades com maior demanda e melhor remuneração.

Dos 44 (quarenta e quatro) municípios que foram interveniados pelo PROURB-CE, somente 28 (vinte e oito) concluíram o PDDU. Beberibe está entre eles, e é sobre esse município que iremos discorrer posteriormente.

Essas cidades serão prioritários para a implantação de investimentos nas áreas de educação, saúde, transporte, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e limpeza pública.

Assim, ao mesmo tempo em que interioriza o crescimento econômico e social, o PROURB faz surgir áreas urbanas onde se poderá viver bem, com muitas das vantagens das metrópoles e sem a maioria dos seus problemas.

2.2. METAS DO PROURB

1. Infra-Estrutura Urbana

- Urbanização de 88 áreas críticas ou de risco, beneficiando diretamente 22.000 famílias, envolvendo:
 - construção de 16.000 habitações em regime de mutirão
 - implantação de sistemas de abastecimento d'água, esgotamento sanitário e drenagem urbana
 - pavimentação de ruas
 - energia elétrica
 - creches e praças

2. Planejamento Urbano

- 44 Bases Cartográficas e Fotográficas Municipais.
- 44 Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano – PDDU.
- 132 Projetos Estruturantes.
- 04 Planos Regionais.

3. Gestão Municipal

- 132 projetos/Ações, nas áreas de Reforma Administrativa, Reforma Tributária, Cadastro Técnico e Informatização.
- Planos de reestruturação de órgãos estaduais.

4. Hidrometração

- Implantação de 175.552 hidrômetros.

5. ABC

- Construção de 20 unidades do Projeto ABC.

O plano de Desenvolvimento Sustentável – 1995 / 98, estabelece alguns eixos da política de reordenamento do espaço que são: o planejamento regionalizado das ações de governo; a interiorização do desenvolvimento das indústrias e dos serviços; a redistribuição espacial de infraestrutura de transporte, energia e comunicações; o zoneamento geoambiental e econômico e programas de desenvolvimento urbano.

A proposta de elaboração do PDDU visa intervir na realidade municipal, particularmente da sede e de outros núcleos urbanos relevantes, tendo como referência a natureza dinâmica do processo de formação das cidades, e a importância que o planejamento estadual vem atribuindo aos esforços, no sentido da descentralização e de interiorização da ação do Estado.

O PDDU, além de orientar a ação de planejamento municipal, constitui um importante instrumento de legitimação da política fiscal; de geração de novas alternativas de investimento e de financiamento de recursos; de fortalecimento da autonomia municipal e de adequação dos investimentos públicos às demandas mais aproximadas da população.

3. PLANO DIRETOR

3.1. Características do Plano Diretor

Sabe-se já, que os atuais Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano são remanescentes dos antigos planos criados pelo SERFHAU. Com o fechamento do SERFHAU, os bem delimitadas diferenças entre Relatório Preliminar, Plano de Ação Imediata e Plano de Desenvolvimento Local Integrado foram desaparecendo, daí resultando que os planos que vieram a seguir passaram a se chamar, de modo geral, Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano ou simplesmente, Planos Diretores, para os que gostam de usar com maior freqüência das abreviações. De modo, como quer que o denominemos, ele pode ser definido de várias maneiras sem que sofra grandes alterações na sua conceituação. Por este motivo, para efeito de informar o que é exatamente um Plano Diretor, podemos dizer que ele, em síntese, “constitui um documento que enfeixa, na forma escrita e de desenhos, as pesquisas e estudos realizados e as propostas formuladas com vistas a um planejamento global de longo alcance, assegurado por legislação correspondente”. Enfim, o Plano Diretor seria um instrumento de trabalho que visa proporcionar à administração os elementos capazes de garantir as condições mais propícias ao desenvolvimento do Município e que tem como objetivo geral, propor intervenção na estrutura urbana no sentido de aumentar a eficácia da cidade e melhorar as condições de vida de seus habitantes.

Assim sendo, não é difícil concluir que, lidando com uma qualidade bastante complexa onde pretende atuar, a qual engloba aspectos físicos, econômicos, sociais, políticos, etc., esse trabalho só poderia ser efetuado por uma equipe interdisciplinar composta de profissionais de numerosas especialidades, como arquitetos, engenheiros, geógrafos, economistas, sociólogos, assistentes sociais e outros, vez que é praticamente impossível, com o alto grau de, especialização a que se chegou em nossos dias, uma só pessoa, com formação profissional voltada para determinado campo específico, dominar com maestria toda esta gama de variáveis, que entram em jogo no planejamento integrado e que têm de ser, necessariamente, levadas em conta.

O papel atribuído aos métodos de elaboração dos Planos Diretores tem variado intensamente, tanto no tempo como no espaço. A metodologia da execução de um plano forçosamente varia em função do grau de complexidade do problema e em decorrência da natureza mais ampla ou restrita de cada trabalho em particular. Pode-se afirmar, contudo, que grande maioria dos Planos Diretores é sistematizada e elaborada com pouca variação.

Desse modo, o processo inicia-se com as pesquisas, que deverão obedecer a um roteiro sistematicamente elaborado, no qual se definem os seus objetivos e se relacionam todas as questões a serem atendidas. No decorrer deste primeiro passo, é preciso se ter sempre em vista duas questões de grande importância, a saber: a objetividade e a metodologia da pesquisa. A primeira vai ser responsável pelo fornecimento multilateral de todos os problemas físicos, econômicos, sociais, financeiros e administrativos do Município, o qual vai possibilitar a estruturação do Plano Diretor de uma forma concreta e prática; e a segunda vai determinar o grau de precisão do mesmo, ou seja, a maior ou menor objetividade das soluções técnicas propostas e das normas ordenadoras e disciplinares do planejamento que está tentando fazer.

Definir quais tópicos dos diversos aspectos abordados pelo plano que deveriam ser cobertos pela pesquisa, é assunto que não nos compete discutir aqui, porquanto em qualquer publicação mais especializada sobre o assunto, se poderá encontrar listas intermináveis de itens que seria de interesse levantar e que variam, inclusive, com o grau de detalhamento a que se deseja chegar no plano.

Depois de se ter, então, em mãos, todas as informações julgadas necessárias para se dar continuidade ao trabalho, procede-se à análise das mesmas, depois de se tabular e transformar em tabelas, quadros, gráficos, etc. É o momento em que se procura compreender os dados e, através deles, a realidade, de modo que é importante, nesta etapa, o trabalho em conjunto, a fim de evitar que a análise do problema por cada técnico isoladamente, venha a trazer distorções no entendimento da situação real.

A partir daí, quando já se identificou os problemas e suas possíveis causas, avaliando-as e comparando-as nas suas inter-relações, faz-se então o diagnóstico ou retrato da

realidade atual. Tais problemas, diagnosticados para hoje, devem ser projetados para o futuro, permitindo então que a situação futura possa ser prevista e, conseqüentemente, também diagnosticada, pois o plano que se voltasse apenas para a situação presente, acabaria perdendo por completo seu objetivo básico e se desviando do seu objetivo primeiro, que é exatamente prever e disciplinar acontecimentos que ainda estão por ocorrer. É conveniente ressaltar, porém que na visão de Ferrari (1998), “nos estudos de projeção, faz-se mister a adoção de uma atitude interativa, isto é, admitir que o futuro depende muito mais de cada instante que o precede e do que se faz em cada um desses instantes. O futuro não é algo previamente fixado e previsível, todavia, por aproximações sucessivas, os modelos de projeção tendem a atingi-lo”. Esta é a etapa que muitos autores chama de prognóstico e que não deve vir, necessariamente, explicita no plano, vez que a sua função principal é servir de base para que se comece a vislumbrar saídas e apontar soluções para os problemas detectados, que podem ser múltiplas.

A esta altura do processo, a equipe tem já condições de elaborar um plano preliminar que é o primeiro esboço do Plano Diretor propriamente dito, contendo estas soluções alternativas, o qual deverá ser apresentado ao poder político e ao povo, representado através dos diversos segmentos da sociedade que, no desempenho diário de suas funções, fazem a vida da cidade e conhecem de perto os meus problemas, estando, pois, aptos a indicar soluções e estabelecer prioridades. É esta um sistemática de trabalho capaz de assegurar, tanto o caráter democrático do plano, porquanto não se retirará do poder político seu direito de opção, quanto a participação da comunidade que, só assim, terá condições de efetivamente se comprometer com as proposições e programas contidos no mesmo.

Desse modo, somente depois de submetida a versão preliminar do Plano Diretor a estes diversos setores da comunidade a que pretende servir e, acatadas as suas opiniões, críticas e sugestões, é que se deve, finalmente, dar ao plano a sua redação final. Em termos de procedimentos, estas são pois, em princípio, as etapas básicas por que tem de passa a equipe encarregada de elaborar o Plano Diretor, até a sua consecução.

Agora, no que se refere a conteúdo, de modo geral, o Plano Diretor compõe-se dos seguintes tópicos que, na realidade, estão intrinsecamente ligados, a saber:

a) Análise dos componentes da Estrutura Urbana, que abrange uma análise das dimensões “inter” e “intra” urbana. A primeira é importante porque, sendo a cidade uma realidade dinâmica, caracterizada não somente pela interdependência entre os componentes de sua estrutura interna, mas também destes com o mundo que os cerca, faz-se necessário estudar as características da região onde se encontra a cidade, como também a posição que esta ocupa na rede urbana estadual. E a segunda é indispensável exatamente porque, se de um lado a população e as produtivas de bens e serviços demandam espaço para seu funcionamento, de outro, é a estrutura físico-territorial da cidade que responde a esta necessidade, representando o que a cidade dispõe para atender a essa demanda; é ainda nesta análise que se procura conhecer a estrutura político-administrativa da cidade para se detectar que instrumentos legais tem a administração para controlar o uso do solo urbano e de que recursos financeiros esta dispõe pois, de acordo com Cintra, apud Tatiana, “na verdade, a maior parte de nosso municípios não têm códigos tributários e sistemas eficientes de lançamentos e recolhimento de tributos, o que contribui para dificultar e comprometer a arrecadação, tornando o orçamento insatisfatório para atender às necessidades locais”.

b) Estratégia de Desenvolvimento, onde se procura dar uma visão dos principais entraves e potencialidade que poderão dificultar e introduzir o desenvolvimento da cidade. Com base nestas hipóteses são definidas Diretrizes de Desenvolvimento que representam o elo de ligação para o estabelecimento de programas prioritários.

c) Programação, que abrange um conjunto de programas setoriais classificados de conformidade com a função específica, obedecendo as prioridades definidas em termos de intensidade dos problemas urbanos, de viabilidade de implementação e de atendimento das necessidades da população.

d) Legislação Básica, integrada pela Lei do Plano Diretor que, dentre outras matérias, dispõe sobre o zoneamento, orientando a ocupação e a distribuição das atividades no espaço urbano; pela Lei do Loteamento, que regula o parcelamento da terra e pela Lei do código de Obras, que determina as normas técnicas para edificações.

Como se pode ver, estes itens, de modo geral, cobrem toda a estrutura urbana, tanto nos seus aspectos externos como internos, tanto na visão “macro” como “micro”, entretanto, deve-se deixar claro que o conteúdo básico do Plano Diretor não é uma receita a ser adotada pela Prefeitura, mas um roteiro que deve ser adaptado a cada caso particular em função das peculiaridades locais e das condições em que se processa a administração municipal.

3.2. Condições de Implantação do Plano Diretor

Uma vez elaborado o Plano Diretor, segue-se então uma das etapas mais árduas e difíceis para os planejadores, que é exatamente a implementação do plano. A grande importância desta fase se traduz no fato de que é ela que vai dizer, pelo seu sucesso ou insucesso, se valeu o trabalho e o esforço da equipe que elaborou o plano ou se o que esta teve foi mais uma experiência frustrante no campo do planejamento.

Assim, para que um plano venha a, efetivamente, se implantar, são necessárias várias condições, sem as quais este se transformará apenas em material para exposições destinadas a posterior arquivamento, como se tem visto ocorrer com tanta frequência.

Em primeiro lugar, é necessário que as proposições contidas nos Planos Diretores sejam transformadas em lei pelo poder legislativo municipal, a quem compete legitimá-las, e devidamente aprovados pelo poder executivo, pois afirma, Cintra, apud Tatiana, “todo o longo trabalho de pesquisa e estabelecimento de normas técnicas com vistas ao controle da utilização do solo, ao traçado urbano, às áreas verdes e espaços livre, às edificações, ao sistema viário, aos serviços públicos e demais aspectos do planejamento, pode ficar perdido se não for tornado obrigatório através de certas normas jurídicas coercitivas de observação”. Todavia, é conveniente ressaltar que, para que haja uma determinação por parte do Prefeito e Câmara de vereadores no sentido de aplicar o Plano Diretor, é necessária uma verdadeira compreensão da importância do Plano como meio de desenvolvimento do município, e uma atitude destes, acima das divergências partidárias, que obste a transformação do plano em mera promoção política e permita a destinação de recursos para a efetivação das propostas nele contidas.

Feito isto, o passo seguinte à tentativa de conscientização por parte da Prefeitura de que o processo de planejamento é mais importante que o plano propriamente dito e, por este motivo, não pode terminar com a elaboração das proposições, mas deve estar no próprio espírito, na essência da administração municipal. Sabe-se, é verdade, que a penetração desse processo de planejamento nas administrações, sobretudo no contexto atual onde ele ainda não adquiriu a ênfase que seria desejada, é lenta e deve ser feita através de várias tentativas, todavia, esta tarefa talvez se tornasse menos árdua se houvesse a compreensão de que o “ processo de decisão política e de comando administrativo das autoridades locais, pois permite que decisões do Prefeito e Câmara sejam escolhidas entre alternativas técnicas, previamente estudadas”.

Assim, na prática, a adoção deste processo pela Prefeitura se traduziria, talvez, na criação de um organismo, nos quadros da administração municipal, capaz de assegurar a administração do planejamento através de administrações sucessivas. Este órgão municipal, por meio de seus técnicos, teria a função de interpretar o plano e zelar pela sua correta aplicação nas diversas administrações, proporcionando a cada Prefeito os programas para a sua gestão (estabelecida segundo ordem de prioridade), o que viria a assegurar a continuidade administrativa, já que é sabido por todos nós que uma única administração não pode leva-lo a cabo, pois o tempo e os recursos não seriam suficientes; além desta, outra função desse órgão seria a de acompanhar o desenvolvimento do plano e adapta-lo às novas condições que necessariamente surgem, pois como a realidade urbana é formada por infinitas interações de forças de natureza diversas, o impacto da nova disciplinadora que se tenta introduzir no sistema, longe de vesti-lo numa “camisa de força” representada pela ordem que se deseja estabelecer, produz nova, resultante que conduz todo o sistema a um novo ponto de equilíbrio. Desse modo, sempre haverá num plano, ao longo do seu período de vigência, o que remanejar, em função daqueles componentes da dinâmica da cidade que escapam a qualquer tipo de controle.

Outra questão de relevância nesta fase de efetiva aplicação do plano, cujo alcance não pode ser subestimado, é o interesse da comunidade em leva-lo adiante. Para tal, ela teria que dele tomar parte desde sua elaboração, recomendando-se, para isto, que se fizesse, já do

início dos trabalhos, ampla campanha promocional através de palestras, jornais, rádio, etc., após o que se constituiriam comissões com elementos representativos de todas as camadas da vida social pois, afinal de contas, Dawbor afirma “toda a população deve participar na escolha de como realmente desejar viver no futuro”, o que se enquadraria muito bem em um planejamento a nível municipal, na medida em que estas comissões ainda poderiam colaborar para a sua fiscalização. Tal medida asseguraria, inclusive, que o plano contivesse proposições realistas e exequíveis, compatíveis não apenas com os anseios da população, mas também com a realidade do município, o que certamente não seria conseguido se o plano fosse feito de forma acadêmica, isto é, seguindo um modelo teórico rígido que satisfizesse apenas aos técnicos encarregados da sua elaboração.

É, pois, fato indubitável, que um Plano Diretor não pode ser imposto, mas precisa identificar-se com a população, que deve compreendê-lo e ver nele o instrumento de seu progresso e bem-estar, porquanto somente quando o mesmo responde aos problemas efetivamente sentidos pela população, esta tem interesse em que os objetivos nele expressos sejam atingidos, podendo até mesmo, para isto, formar grupos de pressão junto à administração municipal, se for o caso, no sentido de não deixar que ele se torne um plano meramente formal e pouco atuante.

Beberibe – Palavra de origem Tupi, que significa “lugar onde cresce a canoa” ou ainda “Águas que vão sob o fluxo e influxo da maré”

A origem do município de Beberibe liga-se à colonização lusitana, através de Pero Coelho. A Cidade de Beberibe está localizada nas terras das sesmarias concedidas ao Capitão Domingos Ferreira Chaves, Manuel Nogueira Cardoso, Sebastião Dias Freire e João Carvalho Nóbrega e pelo Capitão – Mor Tomáz de Olival, em 16 de agosto de 1691. Entretanto, a ocupação efetiva da região somente se concretizou nas primeiras décadas do século XIX.

Até meados do século XIX, Beberibe permanecia completamente rural, com um pequeno povoado de casas de taipa em torno do Sítio Lucas. No ciclo do gado e do charque, o povoado teve pequeno crescimento, limitado basicamente ao comércio de gêneros alimentícios, longe de fluxos das boiadas.

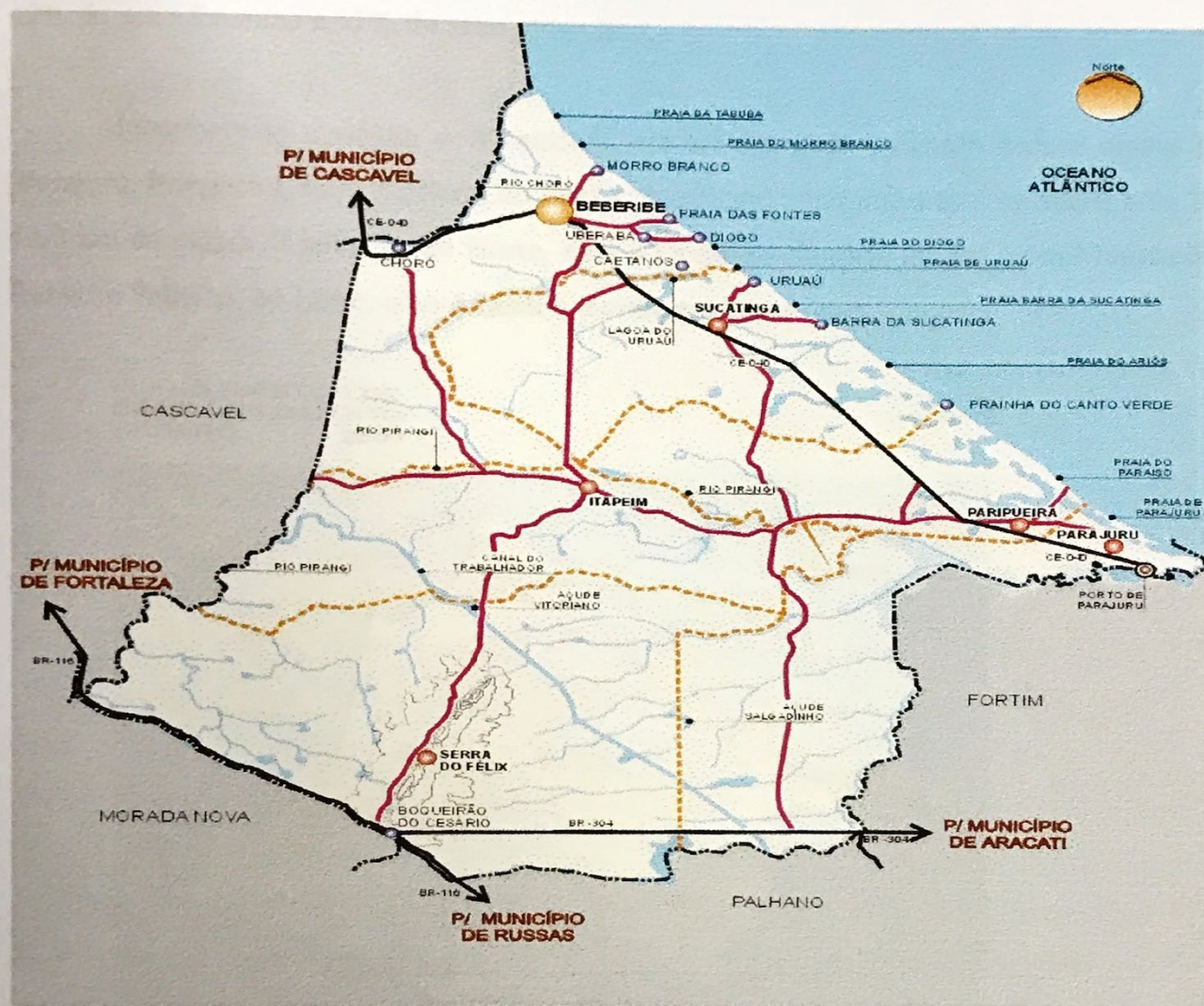
Somente a partir da década de 70, quando da implantação da CE-040, as terras do litoral Leste e de Beberibe foram loteadas, e os núcleos costeiros de pescadores, como o de Morro Branco e o da Praia das Fontes, transformaram-se em núcleos de veraneio de segunda residência dos moradores de Fortaleza, e sobressaíram-se até internacionalmente, chegando a se tornarem mais conhecidos do que a própria sede.

Beberibe foi criada em 05 de julho de 1892 à luz do Decreto Nº 67, tendo Cascavel como o município de origem. Sofreu ao longo do tempo sucessivos processos de extinta e recriação, sendo instalado definitivamente em 25 de março de 1955.

Partindo de Fortaleza pela CE-04 em direção a Aracati, na zona leste do estado a 85 km, chega-se a sede do Município, portanto Beberibe possui localização estratégica, perto de Fortaleza e junto ao litoral. Mas Beberibe também esta ligada no sentido norte-sul com a rodovia federal BR 116 como alternativa de acesso ao Município e até mesmo facilitar o deslocamento entre a sua sede e a zona rural.

MAPA DAS PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO
PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO
URBANO 2000

PDDU
BEBERIBE



MAPA Nº 02 - PRINCIPAIS VIAS DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE BEBERIBE

LEGENDA

	SEDE MUNICIPAL		PORTO DE PARAJURU		RODOVIAS FEDERAL E ESTADUAL
	SEDES DISTRITAIS		HIDROGRAFIA		ESTRADAS VICINAIS
	LOCALIDADES		ÁREA ALAGÁVEL		LIMITES DISTRITAIS
					LIMITE MUNICIPAL

Tem área de 1.617,00 Km², equivalente a 1.1% do território estadual, correspondendo a 22ª posição no ranking dos 184 municípios cearenses. A altitude da sede é 12 m, é seu relevo plano.

Do total de 38.986 habitantes do município de Beberibe, 73,73% são residentes na zona rural, distribuídos nos 5 distritos que compõem o município: Paripueira, Itapeim, Parajuru, Sucatinga e Serra do Félix. Segundo informações do IPLANCE a população beberibense é de 49% do sexo feminino e 51% do sexo masculino.

Beberibe está dividido, politicamente, em sei distritos: o distrito sede e outros cinco (Parajuru, Paripoeira, Itapeim, Serra do Félix e Sucatinga) cujas sedes estão situadas ente 10,0 e 40,0 km da cidade. Limita-se, ao Norte, com o Oceano Atlântico; ao Sul, com Morada Nova, Russas e Palhano; ao Leste, com Aracati e Fortim e a Oeste, com Cascavel.

PLANO DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO
URBANO 2000

PDDU
BEBERIBE



MAPA N° 01 - DIVISÃO POLÍTICA DO MUNICÍPIO DE BEBERIBE

LEGENDA		
	SEDE MUNICIPAL	
	SEDES DISTRITAIS	
	LOCALIDADES	
	PORTO DE PARAJURU	
	HIDROGRAFIA	
	ÁREA ALAGÁVEL	

Dentre os distritos mais populosos, estão a sede com 32%, incluindo as localidades rurais de Morro Branco e Praia das Fontes, e Sucatinga, com 23% de sua população total. Já a população urbana concentra-se na sede (45%) e em Parajuru (28%). Beberibe, então posiciona-se entre os quarenta mais populosos do Estado.

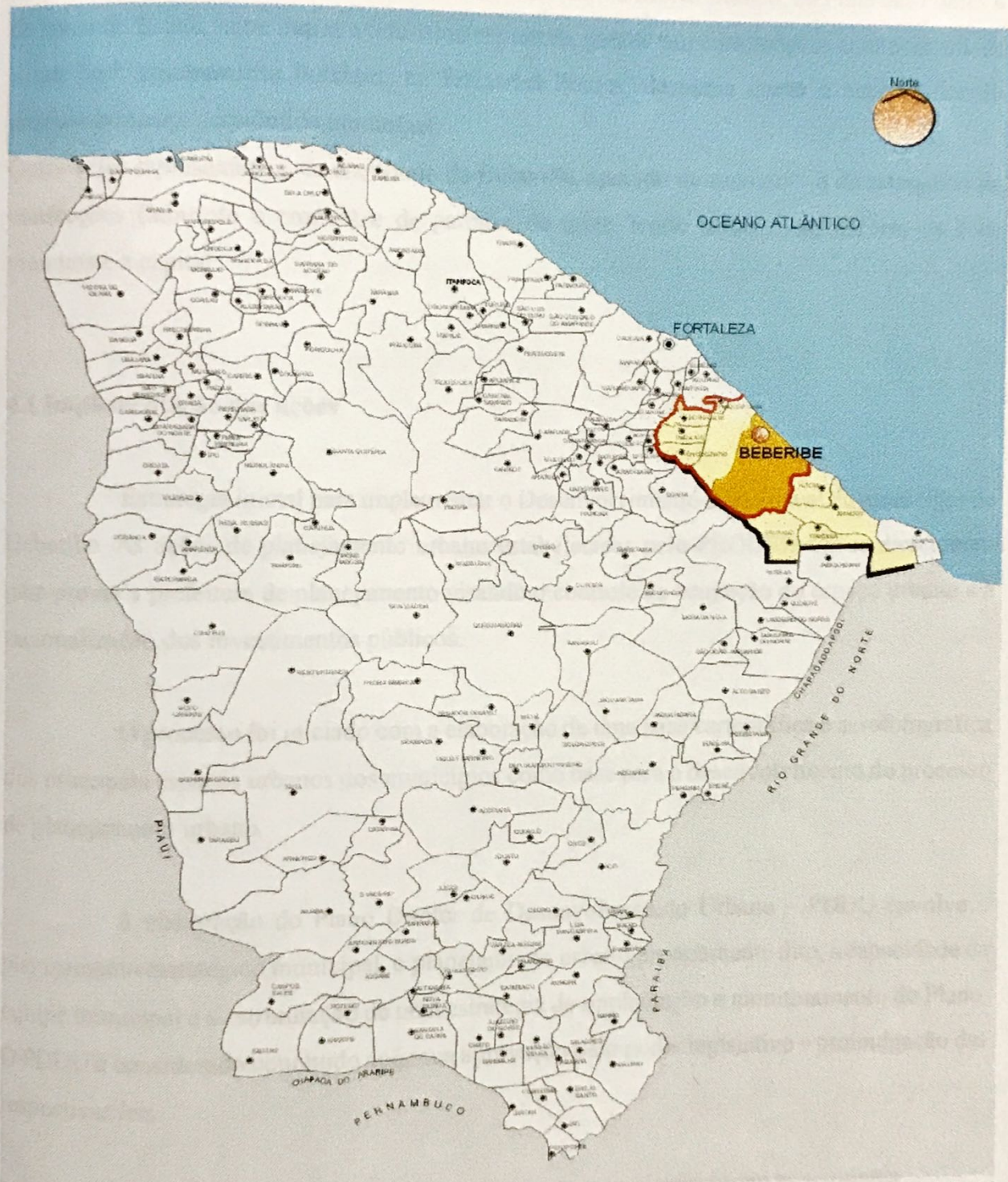
Em Beberibe a temperatura máxima situa-se em torno dos 28°C, enquanto que a mínima chega a 26°C. A pluviosidade média anual é alta (acima dos 900 mm).

Os principais acidentes geográficos de Beberibe são os rios Choro e Pirangi, as lagoas de barramento tais como Uruaú, Sal e Uberaba; a Serra do Félix (serra seca); e as paisagens do Morro Branco e das Fontes, com falésias coloridas de grande beleza natural.

As atrações naturais da costa leste do litoral do Ceará são as falésias coloridas, além de dunas, rios e lagoas, que fazem dessa região litorânea um comércio de roteiro cinematográfico.


A presença de rios e lagoas compõem a oferta de água para a maior parte do Município, porém insegura, pois não são perenes, e a água do subsolo, apesar da grande disponibilidade na faixa litorânea, possui, em geral alto teor de salinidade. O Canal do Trabalhador, que liga o Rio Jaguaribe ao Açude Pacajus, para abastecimento da cidade de Fortaleza, atravessa Beberibe com 41,04 Km dos seus 112,0 Km de extensão e poderá servir de fonte para irrigação e consumo humano.


A economia do Município fundamenta-se basicamente na pecuária, agricultura de subsistência e na pesca marítima e fluvial, que individualmente é a atividade mais importante. O caju e largamente explorado, enquanto que o coco industrial representa 2% da produção do Estado. Outra atividade econômica, desenvolvida em larga escala em Beberibe é a de cerâmica.





MAPA Nº 03 - ÁREA DE INFLUÊNCIA ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE BEBERIBE

LEGENDA

 SEDE MUNICIPAL

 MUNICÍPIO DE BEBERIBE

 ÁREA DE INFLUÊNCIA

 REGIÃO ADMINISTRATIVA

O Turismo de Lazer com as belezas naturais do Morro Branco, da Praia das Fontes e da lagoa do Uruaú, entre outras e o turismo esportivo, gerado por competições aquáticas, aliada a um bom equipamento hoteleiro na Praia das Fontes, desponta como o alavancador do desenvolvimento econômico municipal.

Outro setor representativo da economia de Beberibe, apoiado no turismo é o de artesanato de confecções (labirinto e crochê) e de garrafas de areia, tendo como competidores os seus vizinhos e a capital.

4.1 Implementação das ações

Estratégia inicial para implementar o Desenvolvimento Sustentável do município de Beberibe. As ações de planejamento urbano estabelecidas pelo PROURB-CE se direcionem para prover a prefeitura de planejamento visando o controle da ocupação do espaço urbano e a racionalização dos investimentos públicos.

O processo foi iniciado com a elaboração de uma base cartográfica e aerofotográfica dos principais espaços urbanos dos municípios como base para o desenvolvimento do processo de planejamento urbano.

A elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU envolve o planejamento estratégico municipal, o planejamento urbano propriamente dito, a capacidade da equipe municipal e a estruturação de uma estratégia de implantação e monitoramento do Plano. O PDDU é considerado concluído após sua aprovação pelo poder legislativo e promulgação das respectivas leis.

As propostas do PDDU consideradas importantes para o município foram as seguintes:

- Planejamento estratégico;
- Plano de Estruturação Urbana;
- Projetos Estruturantes

• Legislação.

As estratégias e ações definidas no diagnóstico do município levando em consideração os elementos formadores ficaram assim distribuídos:

- Base Social (Saúde, Educação, Lazer e Segurança);
- Base Econômica (Produto Interno Bruto, Emprego);
- Base Institucional (Público, Financeiro, Organização; Privada: Sociedade civil organizada e Cultural);
- Base Natural (Posição geográfica, Relevo, Solo, Clima, Fauna, Flora, Recursos Hídricos e Minerais);
- Base Urbana/Demográfica (População, Domicílios e Infra-estrutura de serviços).

É sobre alguns elementos que compõem a base social do município que estamos apresentando dados para termos uma visão do que realmente existia e mudou no município após a conclusão do PDDU, pois existem ações que só dependem da vontade política, e estas ações se encaixam neste contexto.

População (milhões)		Densidade Demográfica (Hab. Km ²)		Taxa Média Crescimento Populacional (%)	Taxa de Urbanização (%)		Taxa de Mortalidade Infantil (1.000 Nasc. Vivos)		PIB PER CAPITA (R\$)	
1996	2000	1996	2000	1991/2000	1995	2000	1995	2000	1996	2000
37	42	23	26	2,65	33	46	42	25	1.451	1.642

Fonte: Iplance.

Nº de Leitos (1995)	Nº de Leitos Necessários (1995)	Nº de Leitos Existente (2000)
31	99	24

Fonte: Prefeitura, SESA.

PRINCIPAIS INDICADORES DE SAÚDE

Local	Quantidade				
	Hospital	Maternidade	Centro de Saúde	Posto de Saúde	Agentes de Saúde
Sede	01	01	01	07	16
Distrito	-	04	-	30	79
Total	01	05	01	37	95

REDE ESTADUAL E MUNICIPAL

Nº de Leitos (1995)	Nº de Leitos Necessários (1995)	Nº de Leitos Existente (2000)
31	99	24

Fonte: Prefeitura, SESA.

PRINCIPAIS INDICADORES DE EDUCAÇÃO

Total de Alunos matriculados (1996)	Total de Alunos matriculados (2000)
11.365	17.137

Fonte: Prefeitura, SEDUC

O processo, no âmbito da intervenção do PROURB-CE, se encerra com a elaboração dos projetos executivos das obras estruturantes recomendadas pelo PDDU.

Entidades representativa da sociedade organizada, consultores e técnicos do Estado, elaboraram o Plano de Estruturação Urbana que focaliza as vocações e potencialidade da cidade, onde a estratégia proposta para o município de Beberibe é composta pelo seguinte quarteto de linhas estratégicas:

- **Linha Estratégica 1** – BEBERIBE SERÁ UM IMPORTANTE CENTRO DE TURISMO DE LAZER DO NORDESTE BRASILEIRO.
- **Linha Estratégica 2** – BEBERIBE TERÁ UMA ECONOMIA PRIMÁRIA DINÂMICA E MODERADA, INTEGRADA AOS MERCADOS CONSUMIDORES NACIONAL E INTERNACIONAL.

- **Linha Estratégica 3** – BEBERIBE TERÁ UMA ECONOMIA INDUSTRIAL FORTE, DESCENTRALIZA E COMPATÍVEL COM SEU MEIO AMBIENTE.
- **Linha Estratégica 4** - BEBERIBE SERÁ UM MUNICÍPIO ATRAENTE E EQUILIBRADO, FÍSICA E SOCIALMENTE.

A opção do município, pelo segmento turismo está afirmando que a política de desenvolvimento deverá perseguir objetivos definidos pela sociedade local que intuitivamente está antenado para a vocação do município.

O objetivo principal desse projeto é integrar a sede urbana com Morro Branco, delimitando uma área central com equipagem de lazer e infra-estrutura para festas de carnaval e micaretas.

Ao longo do corredor será incentivado o uso residencial, misto, comercial e de serviços voltados, principalmente, para a hotelaria e atividades relacionadas ao turismo. Nesse corredor existirá área para se desenvolver o carnaval móvel, com passagem dos “Trios Elétricos”, deslocamentos dos foliões entre Morro Branco e Beberibe.

Alavancar o desenvolvimento econômico através do turismo é também um respeito à questão ambiental e ao compromisso firmado na agenda 21. O potencial econômico do município está direcionando o desenvolvimento à melhoria da qualidade de vida urbana como decorrente do ajuste que deverá ser feito entre o cenário natural devidamente preservado e o ambiente cultural.

Dentro dessa perspectiva a ação trabalhada pelo município atualmente está direcionada para o Corredor Turístico Beberibe/Morro Branco, pois é neste trecho que o carnaval tem se consolidado como um dos mais animados do litoral.

5. Conclusão

Este estudo se propôs a analisar a proposta contida num Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, para alavancar o desenvolvimento local.

Tomando o caso de Beberibe para estudo, vimos ser insuficientes o material que dispomos para avaliar, no entanto, ao que se refere à base social do município alguns dados nos possibilita fazer uma sucinta comparação.

O município apresentava uma situação crítica quanto à quantidade e qualidade dos serviços da rede hospitalar em 1995 o que obriga a população local a se deslocar para Fortaleza em busca de atendimento. No momento, Beberibe se apresenta como um Pólo Regional de referência para municípios vizinhos, no que diz respeito aos serviços preventivos e de apoio a saúde, porém constata-se a inexistência de hospital e maternidade para atendimento de emergência e serviços especializados.

A taxa de mortalidade infantil, TMI, foi de redução acentuada, essa queda deve-se, principalmente ao controle de doenças transmissíveis mediante vacinação em massa da população infantil e a interiorização dos agentes de saúde.

Outro segmento por nós observados foi a da educação, que por sinal os dados referentes a 1996 foram bastante desfavorável, constatamos um aumento no contingente estudantil. Há uma vontade política aliada ao esforço municipal de cumprir o dispositivo constitucional contudo existem crianças, jovens e adultos à margem do processo.

Outro elemento que compõe a base social, é o lazer, e por a população se ressentir de um espaço apropriado e levando em consideração a beleza exuberante do município e respeitando a vocação para o turismo se encontra em face de implantação uma das estratégicas propostas pelo plano, que sem dúvida visa alavancar o desenvolvimento local, pois é na zona urbana que reside esta expectativa.

Por fim concluímos afirmando, que a participação ativa da população nesse processo foi primordial desde sua concepção, pois a história tem confirmado que desenvolvimento só se viabiliza quando em parceira.

ALVES, Maria Cláudia. *Alguns Aspectos da Participação Cidadã no Planejamento Urbano e Desenvolvimento*

BARRO, José. *Introdução aos Planos Urbanos Brasileiros*, 1996

BRUNO, Antônio. *Uma História da Cidade: Aspectos Políticos em Desenvolvimento e Política Urbana*, 1987

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Agenda 21 Brasileira*. Projeto PNUB, Projeto BIA-94B16

IBGE. *Leis e Regulamentos das Cidades no Brasil*. Disponível em <http://geocities.com/ibge3> - acesso em 19 nov 2001

IBGE. *Futuro: Governabilidade e Democratização*, 1994. Disponível em <http://geocities.com/ibge3> - acesso em 19 nov 2001

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ - IPLAN/CE. *Leis de Desenvolvimento Municipal*. Fortaleza. Edição IPLAN/CE, 1995

_____. *Leis Municipais*. Fortaleza. Edição IPLAN/CE, 2000

NETO, Orlando Costa Gomes. *A Construção de Um Plano Estratégico de Cidade*, 2001 CD-ROM

REHEM, José. *Qualificação e Gestão Urbana*. Projeto PNUB, acesso em 19 nov 2001

6. REFERENCIAS BIBIOGRAFICAS

ARAGÃO, Raimundo Batista. **História do Ceará**, 1993.

ALVES, Maria Odete. **Agora o Nordeste** (dissertação – Mestrado em Administração Rural e Desenvolvimento)

BARAT, Josef. **Introdução aos Problemas Brasileiros**, 1996.

BRASILEIRO, Ana Maria. **A Cidade: Aspectos Políticos em Desenvolvimento e Política Urbana**. 1997

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 Brasileira. Projeto PNUD, Projeto BRA/94/016.**

BIATO, Luiz. **Surgimento das cidades no Brasil**. Disponível em: ><http://brgeocities.com/lbiato2/>< acesso em: 19.nov.2001.

DOWBOR, Ladislau. **Governabilidade e Descentralização**. ag1994. Disponível em: >www.ppbrb.com/ld< acesso em: 19.abr.2001.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DO CEARÁ – IPLANCE, **Índice de Desenvolvimento Municipal**. Fortaleza: Edições IPLANCE, 1999.

_____. **Perfil Básico Municipal**. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2000.

NETO, Otávio da Costa Gomes. **A Construção de Uma visão Estratégica de Cidade**. 2001 1 CD ROM.

WILHEIM, Jorge. **Qualificando a Gestão Urbana Democrática**. Maio de 2000. disponível em: >www.web-brazil.com/gestaolocal< acesso em: 30.abr.2001.

PLANO: o que é, como obtê-lo – O dirigente Municipal, 1976.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO/SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA. Avaliação do Componente Urbano do PROURB-CE. Fortaleza 1999.

SECRETARIA DA INFRA-ESTRUTURA. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Beberibe.

CINTRA, Antônio Octávio – Dilemas do Planejamento Urbano e Regional do Brasil, 1987.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ – Plano de Desenvolvimento Sustentável, 1995-1998.